

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Beatriz Leite de Gouveia

Financiamento para adaptação às mudanças climáticas sob perspectiva da ecologia política: o caso do Green Climate Fund e os paradigmas de desenvolvimento

SÃO PAULO
2025

Beatriz Leite de Gouveia

Financiamento para adaptação às mudanças climáticas sob perspectiva da ecologia política: o caso do Green Climate Fund e os paradigmas de desenvolvimento

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Dra. Terra Friedrich Budini.

SÃO PAULO
2025

AGRADECIMENTOS

Registro aqui minha profunda gratidão a todas as pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Terra Budini, que esteve ao meu lado desde às salas de aula, até a entrega da minha iniciação científica e conclusão do curso, cuja orientação foi fundamental para os primeiros passos da minha trajetória acadêmica.

Agradeço também aos professores do curso de Relações Internacionais, que não apenas compartilharam brilhantemente seus conhecimentos, mas também incentivaram e mostraram as portas que podem ser abertas dentro da universidade, especialmente o professor David Magalhães, que foi o primeiro a notar e encorajar o meu empenho.

Às pessoas especiais que encontrei durante o curso, principalmente Carolina, Júlia e Emanuelle, sou extremamente grata por ter dividido alegrias, anseios e, agora, conquistas com vocês, assim como sei que será para o resto da vida. Agradeço a Milena por sempre estar ao meu lado e a sorte do destino por ter me presenteado com um encontro tão feliz, que fincou raízes profundas em minha vida.

Por fim, registro a imensa gratidão a minha família por todo o carinho nestes últimos quatro anos, especialmente nesta reta final. À minha mãe, Kátia, por participar e apoiar, sem exceção, em todos momentos desta trajetória; ao meu pai, Vitor, por me incentivar vigorosamente em cada etapa; e aos meus avós, Wagner, Suely e Maria por todo o apoio de sempre, mas também pela atenção e cuidados redobrados nesta importante fase. Divido esta conquista com todos vocês.

RESUMO

O agravamento da crise climática reforça a urgência dos investimentos em adaptação às mudanças climáticas e resultados efetivos. O objetivo da pesquisa é investigar o verdadeiro progresso dos projetos de adaptação sob perspectivas locais e vulnerabilizadas, centrais na identificação das reais necessidades e avanço na promoção de resiliência climática. Para tanto, a base teórica da ecologia política em diálogo com as relações internacionais aborda dinâmicas de exploração e conflitos distributivos, bem como o risco de reprodução de paradigmas de desenvolvimento e lógicas de progresso baseadas na prosperidade econômica de potências globais. A pesquisa é qualitativa com estudo de caso dos projetos de adaptação já concluídos ou com queixas no Mecanismo Independente de Reparação do *Green Climate Fund*, fundo central no financiamento climático. O trabalho encontrou falhas de consulta às populações locais, cujo desfalque na participação pode resultar em graves consequências e violação de direitos, e observa a frequente priorização da participação do capital privado e atratividade financeira para viabilização dos projetos e duração de mais longo prazo. Sem as devidas correções dos riscos e desafios identificados e frequente proposição de construção de infraestruturas, modernizações técnicas e capacitações como parte da solução, conclui-se que há ainda barreiras estruturais que subordinam as necessidades socioecológicas aos interesses políticos e econômicos dominantes, comprometendo não apenas os resultados do fundo, mas o avanço na resiliência climática global como um todo.

Palavras-chave: Financiamento Climático; Adaptação às Mudanças Climáticas; Ecologia Política; Intervenções de Desenvolvimento; Adaptação Liderada Localmente.

ABSTRACT

The intensifying climate crisis highlights the urgent need for investments in climate change adaptation and the achievement of tangible outcomes. This research investigates the actual progress of adaptation projects from local and vulnerable perspectives, which are crucial for identifying genuine needs and advancing climate resilience. The theoretical framework of political ecology in dialogue with international relations addresses dynamics of exploitation and distributive conflicts, as well as the risk of reproducing development paradigms and progress logics based on the economic prosperity of global powers. The methodology is qualitative with a study case approach on the adaptation projects that have already been completed or that have filed complaints with the Independent Redress Mechanism of the Green Climate Fund, a central institution in international climate finance. The findings reveal significant shortcomings in consultation with local populations, whose insufficient participation can lead to severe consequences and rights violations. The research also identifies a recurring prioritization of private capital participation and financial attractiveness as prerequisites for the implementation and long-term sustainability of projects. Without proper mitigation of the identified risks and challenges, and with the frequent proposal of infrastructure development, technical modernization, and capacity-building as part of the solution, it is concluded that structural barriers persist, subordinating socio-ecological needs to dominant political and economic interests, thereby compromising not only the outcomes of the fund but also the broader advancement of global climate resilience.

Keywords: Climate finance; Climate Change Adaptation; Development Interventions; Locally-led Adaptation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entidades internacionais e direto acesso: Número de entidades versus número de projetos aprovados	24
Gráfico 2 - Porcentagem de projetos aprovados para entidades internacionais versus de entidades de direto acesso.....	24
Gráfico 3 - Financiamento do GCF por setor e instrumento financeiro	26
Gráfico 4 - Comparação de investimentos públicos e privados entre as áreas temáticas de atuação dos projetos de adaptação e mitigação.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos analisados: região, proposta, entidade acreditada e modalidade de acesso ao financiamento	32
Tabela 2 - Desempenho dos projetos analisados: queixas, eixos temáticos e duração dos resultados	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AgriBank -	Agricultural Bank of Namibia
AMTA -	Agro-Marketing and Trade Agency
COP -	Conferências das Partes
DBSA -	Development Bank of Southern Africa
EBRD -	European Bank for Reconstruction and Development
GCF -	Green Climate Fund
GEF -	Global Environment Facility
IRM -	Independent Redress Mechanism
LDC -	Least Developed Countries
LLCA -	Locally Led Climate Action
NDA -	National Designated Authority
NDCs -	Nationally Determined Contributions
MDBs -	Multilateral Development Banks
ONU -	Organização das Nações Unidas
SIDS -	Small Islands Developing States
UNDP -	United Nations Development Programme
UNFCCC -	United Nations Framework Convention on Climate Change

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A ECOLOGIA POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	10
2.1. ORIGENS E FUNDAMENTOS DA ECOLOGIA POLÍTICA.....	10
2.2 ASSIMETRIAS GLOBAIS E CONFLITOS DISTRIBUTIVOS.....	12
2.3 CRÍTICAS AO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA TRANSFORMATIVA.....	14
3. O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA ADAPTAÇÃO E O PAPEL DO GREEN CLIMATE FUND.....	17
3.1. CONTEXTO DA AGENDA DO CLIMA E FINANCIAMENTO CLIMÁTICO.....	17
3.2 O GCF NA AGENDA GLOBAL DO CLIMA.....	21
3.3 APRESENTAÇÃO E REVISÃO CRÍTICA DA OPERACIONALIZAÇÃO DO GCF.....	22
3.4 ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO GCF.....	27
4. A ADAPTAÇÃO NA PRÁTICA: ANÁLISE CRÍTICA DE PROJETOS DO GREEN CLIMATE FUND.....	29
4.1 BIBLIOGRAFIA DA ATUAÇÃO EM ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO GCF.....	29
4.2 ANÁLISE DOS PROJETOS.....	31
4.3 EFETIVIDADE DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA PROMOVIDA.....	39
5. CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

O agravamento da crise climática alerta, em escala global, para o iminente limite da capacidade de renovação dos recursos e colapso ambiental. A percepção dos impactos universais e em nível planetário invoca a mobilização da cooperação internacional, que pautou fortemente a mitigação dos impactos danosos ao meio ambiente. Contudo, a insuficiência das ações de contenção dos impactos evidencia a relevância dos investimentos em adaptação frente às consequências já ressoantes.

A adaptação como ajustes em sistemas ecológicos, sociais ou econômicos para moderar danos potenciais ou se beneficiar de oportunidades associadas às mudanças climáticas (UNFCCC, 2025) se define como resposta indispensável frente à nova realidade de fenômenos extremos e para amparo dos diferentes graus de vulnerabilidade ao redor do mundo. Paralelamente, um efetivo avanço nas metas da agenda do clima também está atrelado a compreensão das assimetrias globais em relação às diferentes capacidades de ação, de acordo com as responsabilidades coletivas, mas diferenciadas.

Tal cenário revela o significativo papel da dinâmica do financiamento para a eficácia das estratégias de adaptação e resiliência climática, considerando tanto a desproporcional concentração de capital nas potências, quanto as desigualdades históricas que marcaram o desenvolvimento dos países do Sul Global. Nesse sentido, pondera-se a relevância da contribuição de países desenvolvidos com esforços financeiros sem que essa assistência desloque o protagonismo decisório dos países vulneráveis, que convivem latentemente com os impactos socioambientais e possuem um dimensionamento mais concreto para prioridades e necessidades dos projetos, evitando a reprodução de paradigmas de desenvolvimento que reforcem lógicas de progresso baseadas em prosperidade conforme os padrões capitalistas.

Dessa forma, o presente trabalho questiona e investiga a efetividade dos projetos de adaptação sob a perspectiva local vulnerabilizada, a fim de compreender se a participação destas comunidades e a inclusão das problemáticas levantadas por elas estão suficientemente contempladas, refletindo sobre a centralidade que estes fatores desempenham para um real avanço na promoção de resiliência climática. Para tanto, a metodologia qualitativa com estudo de casos que aprofundam o debate, sendo os objetos para tal análise os projetos de adaptação às mudanças climáticas do Green Climate Fund (GCF), que foi originado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima, a *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) e é um mecanismo central

na agenda do clima, propondo a distribuição de metade dos investimentos totais recebidos para adaptação nos países mais vulneráveis.

A pesquisa é, portanto, articulada em três partes. De início, serão apresentadas as bases da ecologia política para reflexão do que se é esperado em relação à adaptação diante do paradigma de desenvolvimento existente nos projetos de sustentabilidade, bem como da influência de objetivos de crescimento econômico, apresentando perspectivas sobre uma adaptação transformativa. Assentada esta base, serão contextualizados o financiamento climático e o papel desempenhado pelo GCF, detalhando as influências aderidas em seus princípios e operacionalização, especialmente voltado para estruturas e concepções associadas à atuação em adaptação. Por fim, analisa o desempenho dos projetos de adaptação promovidos pelo fundo, especialmente observando as problemáticas registradas no Mecanismo Independente de Reparação em paralelo aos aprendizados listados após as poucas entregas já concluídas - apenas 4 diante dos 242 projetos aprovados e iniciados.

Em suma, o trabalho visa contribuir para a área de relações internacionais com o estudo do financiamento climático global para adaptação sob a perspectiva da ecologia política, questionando criticamente a eficácia ambiental, social e política em escala global. Propõe-se, portanto, uma análise crítica do padrão de progresso promovido pelo desenvolvimentismo, fortemente vinculado a atratividade financeira e aprimoramento de infraestrutura, considerando as relações de poder, as desigualdades e os conflitos distributivos reproduzidos em projetos de sustentabilidade e adaptação como limitadores de um real avanço na resiliência climática dos mais vulneráveis.

2. A ECOLOGIA POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1. ORIGENS E FUNDAMENTOS DA ECOLOGIA POLÍTICA

O avanço das mudanças climáticas expõe as consequências e fragilidades do atual modelo de produção e organização socioeconômica, que degradam o meio ambiente de forma intensa e demonstraram sua insustentabilidade à longo prazo. A percepção dos fenômenos extremos como a escassez de recursos, enchentes, tempestades e alterações climáticas como efeitos sofridos em escala global, mas com maior grau de impacto nas localidades mais vulneráveis revela como as desigualdades, que são outros resultados deste mesmo sistema, se interseccionam com a crise ambiental de modo a sofrerem os impactos de forma também desproporcional. Logo, é a partir da constatação de que os eventos ambientais e climáticos

são políticos e influenciados por fatores socioeconômicos que o campo da ecologia política se aflora.

A percepção do meio ambiente no cotidiano começa a entrar em choque na década de 1960 com a percepção do limite de recursos em relação ao modo de vida de consumo e produção em abundância do capitalismo, passando a ser refletido como problematização e responsabilidade em escala planetária pela primeira vez na virada para a década de 1970 (MARTINEZ-ALIER, 2007). Tal contexto estimula um senso coletivo das consequências ambientais e dos impactos compartilhados, como a destruição da camada de ozônio, as mudanças climáticas e o aquecimento global, o desmatamento de florestas, poluição dos mares e a perda de biodiversidade (MUNIZ, 2009).

Assim, a origem dessa área de estudo se faz justamente no contexto de desenvolvimento dos movimentos sociais por justiça ambiental, essencialmente nos Estados Unidos, desde a década de 1960, que são acompanhados de debates intelectuais, ligando a crítica ambiental da sociedade industrial em um movimento político e acadêmico denominado de ecologia política (MUNIZ, 2009). Cria-se, então, uma nova racionalidade ambiental e epistemológica que rompe com a neutralidade das interações ambientais, proporcionando um despertar para reapropriação social em relação ao uso da natureza, conforme proposto por Martinez-Alier (2007), relevante autor da área.

Robbins (2020) resume tal abordagem como uma alternativa crítica aos discursos ecológicos despolitizados, conduzindo para elucidação de que a política é inevitavelmente ecológica e as interações com a ecologia são igualmente e inerentemente políticas. Grande contribuição da área de estudo é, portanto, o avanço nos esforços acadêmicos de compreensão dos conflitos para extração e uso dos recursos naturais como elemento relevante em amplas dinâmicas econômicas e de poder.

“A ecologia política amplia a crítica dos fundamentos filosóficos da economia neoclássica através de questões como os conflitos distributivos e a incomensurabilidade dos valores ambientais, ao avançar para além da economia política de tradição marxista, incorporando questões ecológicas no entendimento das dinâmicas econômicas e de poder que caracterizam as sociedades modernas.” (MUNIZ, 2009, pág 185).

Dessa forma, a observação das dinâmicas internacionais sob lente da ecologia política se faz fundamental para percepção de assimetrias globais e conflitos distributivos associados ao acesso dos recursos naturais e do desigual benefício com a exploração do meio ambiente, o que será aprofundado na próxima seção. A relevância de tal percepção para estudo da adaptação às mudanças climáticas se faz justamente a partir da extensão desta percepção também para as estratégias de ação frente à crise ambiental, observando como também estão

sujeitas à determinadas escolhas de atuação regidas por interesses econômicos e políticos (PELLING et al, 2015). Este ponto, portanto, instiga a reflexão das reais contribuições ecológicas dos projetos de financiamento para adaptação climática e a efetividade de seu desempenho no cenário global, haja vista que Martinez-Alier (2007) aponta como o entendimento das capacidades e limites biofísicos e o convívio sustentável dos seres humanos em perspectiva das relações internacionais é o maior desafio a ser superado.

2.2 ASSIMETRIAS GLOBAIS E CONFLITOS DISTRIBUTIVOS

Em diálogo com os estudos das relações internacionais, a abordagem sustentada pela ecologia política possibilita bases críticas à distribuição desigual dos custos e benefícios da globalização amparada na exploração ambiental. Isto porque, a partir da compreensão dos interesses econômicos e políticos que regem as interações com o meio ambiente, compreende-se sua correlação com o fornecimento do modelo produtivo historicamente consolidado e das trocas realizadas em nível global.

Nesse sentido, a relevância deste olhar se faz para a percepção de que ao tratar de impactos ambientais e mudanças climáticas, há a necessidade de também contemplar como as produções pautadas na extração natural que geram tais efeitos remontam a dinâmicas de exploração colonialistas e de imperialismo reproduzidas ainda na atualidade. No campo das relações internacionais, Wallerstein (1974) consagra a concepção do sistema-mundo construído pelo capitalismo, em que a divisão internacional do trabalho posiciona países periféricos detentores dos recursos naturais como fornecedores de commodities para as bases de produção das potências industrializadas.

A perspectiva crítica da política por trás das relações ecológicas se conecta, então, com este cenário de estruturação da produção global a partir da percepção do modo como o mundo físico foi padronizada como uma extensão do subsistema, sendo contemplado de forma prática e simplista como matéria prima (MARQUES, 2018), reforçando a posição implicada aos países com grandes ecossistemas ambientais inevitavelmente o papel de fornecedores de insumos.

Ainda mais, aprofundando sobre os impactos e efeitos deste cenário, Martinez-Alier (2007) realiza fundamental contribuição ao elucidar a dimensão de dívidas globais causada por conflitos distributivos do modelo produtivo. De início, há a compreensão da subvalorização dos produtos primários exportados por países historicamente subjugados às potências e delas dependentes, cujos preços não incorporam os danos socioambientais gerados na extração e muito menos sua compensação. Além disso, aborda a chamada “pegada

ecológica” do Norte Global gerada pelo uso excessivo dos recursos naturais sem devida responsabilização ou atribuição de custos por sua grande parcela de contribuição para a finitude das fontes de recursos de todo o planeta. Também aponta como sequer proporcionam uma justa e acessível distribuição dos produtos resultantes de sua grande investida na degradação ambiental, especialmente dentre as comunidades envolvidas na produção ou afetadas pelas externalidades dela (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Assim, exibe-se como a somatória de vantagens para as potências mundiais, que se beneficiam destas dinâmicas, são possibilitadas pelo aproveitamento dos recursos sem custeio dos impactos negativos gerados durante a extração ou ainda justo pagamento pela mercadoria ou custeio de danos. Portanto, para além do problemático acúmulo desproporcional de riqueza, há uma paralela dívida ambiental e climática do Norte Global que continua sendo alimentada, ao que Sultana (2022) mobiliza concepções de um colonialismo climático, pontuando que o processo colonialista propriamente dito reverbera através da perpetuação de ideologias de desenvolvimento e crescimento econômico capitalistas com a manutenção das atividades produtivas que perpetuam degradações ecológicas como desmatamento, poluição, contaminação de recursos, etc. Dessa forma, aborda ainda como tal dinâmica de exploração estratégica dos recursos em localidades de histórica dependência e vulnerabilidade limita a capacidade de adaptação e reação desses grupos frente aos impactos já existentes e constantemente amplificados, gerando zonas de sacrifício em prol do avanço do capitalismo (SULTANA, 2022).

Surgem, então, perspectivas da ecologia política construídas a partir desta realidade marcada pela subalternização econômica e ecológica do Sul Global. Gudynas (2013) contribui com críticas dos conflitos ambientais em perspectiva internacional constatando como a repetida sujeição ao modelo extrativista exportador como promessa de alternativa para o crescimento econômico no caso da América Latina apenas reforçou a dependência em relação aos países mais ricos e limitou o potencial de atuação frente aos impactos ambientais resultantes da atividade, que ali se tornam desproporcionalmente concentrados. Martinez-Alier (2007) denomina esse crescente movimento de reflexão e produção de conhecimento por parte dos grupos mais vulnerabilizados a respeito dos conflitos ambientais e distributivos como “ecologismo dos pobres”.

Tal contexto induz para a reflexão de que, mais do que a mera observação das desigualdades, o debate da ecologia política evoluiu em contribuições acadêmicas para além do contexto de realidade privilegiada em que se originou, haja vista que os primeiros movimentos, ainda que críticos, são concebidos em países desenvolvidos e historicamente

consolidados. Igualmente, defende-se que as ações para lidar com os impactos ecológicos devem passar por similar movimento de ampliação das contribuições dos grupos vulnerabilizados. A superação dos conflitos ecológicos é orientada, portanto, por uma linha de justiça distributiva e climática (SULTANA, 2022) em que, para além da conquista de igualdade, é necessária a participação política destes grupos (SVAMPA, 2020).

2.3 CRÍTICAS AO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA TRANSFORMATIVA

Diante da compreensão das dinâmicas de conflitos distributivos associados às relações com o meio ambiente, bem como da fundamentalidade da superação deste cenário através da participação dos grupos afetados, se faz necessária a reflexão crítica dos parâmetros e referências de efetividade para as estratégias de adaptação às mudanças climáticas. Isto é, a revisão de paradigmas de progresso e evolução, que são historicamente definidos conforme as noções ocidentais em uma expectativa de estratégia de desenvolvimento (ESCOBAR, 2007). Neste sentido, é essencial considerar as bases hegemônicas e sua padronização de um desenvolvimento sustentável para os países periféricos, detentores da natureza, feita conforme a perspectiva das potências detentoras da tecnologia (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Embora a problematização dos impactos ao meio ambiente em escala global tenha sido percebida muito antes, Cunha (2022) aponta como a referência para desenvolvimento sustentável era essencialmente econômica até a ampliação de enfoque para os interesses ambientais e sociais de fato em 1987, quando o Relatório de Brundtland abordou a prosperidade global como resolução. O cenário implica que mesmo reconhecida a centralidade da relação da humanidade com a natureza e vice-versa, o protagonismo das propostas de solução, referenciadas como medidas para o desenvolvimento sustentável, foram mensuradas e misturadas com fatores financeiros desde o início.

Como legado deste surgimento do desenvolvimento sustentável atrelado aos propósitos econômicos, Robbins (2020) aborda como as crises ecológicas são comumente justificadas por aplicação inadequada de técnicas modernas para gestão, exploração e conservação, revelando uma noção normalizada de correlação do grau de sucesso e eficiência produtiva para preservação ambiental.

“These approaches to environmental management and ecological change generally assert that efficient solutions, determined in optimal economic terms, can create “win– win” outcomes where economic growth (sometimes termed “development”) can occur alongside environmental conservation, simply by getting the prices and techniques right.” (ROBBINS, 2020. p15)

A idealização de um desenvolvimento sustentável conciliado com as práticas capitalistas, de forma a manter e priorizar lucro, exhibe então a dificuldade de desvincular a algumas noções da lógica produtiva capitalista. Tal cenário, entretanto, é ainda mais problemático considerando que a conservação deste modelo representa também o constante aprofundamento dos impactos ambientais e climáticos.

Assim, o desafio de separação e compreensão dos efeitos negativos do modelo capitalista também se estende no próprio uso do termo “desenvolvimento sustentável” para abordar estratégia de superação de impactos ambientais e climáticos, quando remete e reproduz a ideologia do desenvolvimentismo imposta pelos países bem sucedidos, simultaneamente justificando as assimetrias enfrentadas pelo terceiro mundo como falha de implementação desta modernização (ROLNIK, 2017).

“Visando superar as evidentes dificuldades de compatibilizar desenvolvimento econômico e meio ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável tenta estabelecer estes dois conceitos como um binômio indissociável, em que questões sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e ambientais encontram-se sobrepostas. Essa proposta assume um significado político-diplomático, à medida que se propõe a estabelecer os princípios gerais que norteariam um compromisso político em escala mundial com vistas a proporcionar o crescimento econômico garantindo a sustentabilidade dos recursos naturais. A noção de desenvolvimento sustentável compõe e complexifica o amplo debate internacional sobre a questão ambiental e coloca novos desafios para sua teorização.” (MUNIZ, 2009, pág. 183).

Implica-se, portanto, o papel diplomático que as medidas aplicadas em nome do desenvolvimento assumem, promovendo estratégias de ações para crise ambiental conforme à visão ocidental. Em crítica, Robbins (2020) argumenta que a percepção generalizada da experiência e sapiência sustentável do norte global como superior é problemática e reproduz relações colonialistas de produção de conhecimento, ignorando os saberes e práticas das comunidades indígenas.

Complementarmente, Escobar (2007) aponta como estas ideologias reforçam uma ideia de salvação exclusivamente através do formato de desenvolvimento padronizado pelas potências capitalistas. Há, portanto, a influência ressonante de processo muito mais amplo, que ao definir os termos e concepções de progresso e desenvolvimento para os países mais vulneráveis, os insere em um regime de ideias e práticas que centraliza, na verdade, o combate dos problemas concentrados no Sul Global (ESCOBAR, 2007). Tal percepção alinha-se com o apresentado por Ferguson (1994) sobre como o uso do termo “desenvolvimento” foi distanciado da prévia aplicação como concepção como ação ou fase de transição e aproximado de definições morais, como o combate à pobreza global e programas sociais.

Direcionando um olhar mais específico para uma das estratégias de desenvolvimento sustentável, a adaptação, observa-se que é similarmente compreendida como uma ação de modificação, com manutenções e melhorias sistêmicas a serem realizadas por determinado período. Assim, também apresenta o risco de ser transformada em atividades específicas de caráter pontual e superficial, como uma remediação para os problemas ou falhas contidas especificamente nos países periféricos.

Ainda mais, há o próprio risco de projetos já existentes de desenvolvimento serem renomeados para se enquadrarem como esforços específicos de adaptação, quando deveriam, em prol da resiliência climática e ambiental, justamente questionar o formato de desenvolvimentismo que produz vulnerabilidades (ERIKSEN et al., 2021). Isso implica como os supostos projetos de adaptação podem mascaradamente reproduzir o desenvolvimentismo, em que os países periféricos permanecem inseridos em um regime de modernização imposto, sem autonomia para construir respostas enraizadas em seus contextos locais.

A análise crítica das noções de progresso na atuação em adaptação climática apresenta, portanto, a necessidade de alinhamento às percepções de justiça climática e de maior participação política dos grupos afetados, evitando a reprodução dos paradigmas ou do desenvolvimentismo propriamente dito. Para tanto, a concepção de uma adaptação transformativa se aplica como alternativa por pressupor a mudança de relações sociopolíticas injustas, bem como os paradigmas produzidos e reproduzidos mundialmente, para efetividade das ações (ERIKSEN et al., 2021). A reflexão está alinhada a uma percepção precedente de que, para harmonizar o meio ambiente e o desenvolvimento em uma escala global, é preciso a construção de uma “nova ordem internacional” (MARTINEZ-ALIER, 2007), tendo em vista necessidade de rompimento com os padrões que geram as assimetrias globais, o intenso extrativismo e suas resultantes degradações do meio ambiente.

Neste sentido, pensando sobre os desafios de atingimento das metas climáticas da agenda do clima e aprofundando as alternativas de solução transformativa, O’Brien (2018) tece crítica às ações incrementais - que apresentam resultados concretos isolados, mas não alteram causas estruturais - e aborda a relevância de interdependência entre as esferas de transformação prática, política e pessoal para a adaptação climática, indicando que para além das ações e medidas tangíveis já realizadas pela governança do clima, há a necessidade de coordenação com significativas reformas institucionais e sistêmicas para evitar a reprodução dos efeitos danosos, além da mudanças nas percepções à nível social, que são essenciais para sustentar os demais pontos por seu papel de conscientização de visões globais e questionamento de paradigmas.

A adaptação transformativa, portanto, desafia as relações de poder e paradigmas dominantes nas interações com o meio ambiente e ações frente às crise ecológica, aprofundando o debate de adaptação às mudanças climáticas ao evidenciar que a continuidade de determinadas escolhas de ação incrementais e resistência à mudanças mais profundas reflete essencialmente a manutenção de interesses sociopolíticos (PELLING et al, 2015). Desta forma, conectando bases da ecologia política e das reivindicações de participação decisória dos grupos vulnerabilizados, esta abordagem se posiciona como alternativa prática para as atuais estratégias de adaptação, compreendendo que o alcance de sua plena eficiência na resiliência climática requer transformação estrutural.

3. O FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA ADAPTAÇÃO E O PAPEL DO GREEN CLIMATE FUND

3.1. CONTEXTO DA AGENDA DO CLIMA E FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

A partir da reflexão crítica da ecologia, assimetrias globais e desenvolvimentismo, observa-se a forma como estes tópicos aparecem nas negociações da agenda climática ao longo dos anos, contemplando as tendências de ações internacionais pelo meio ambiente instituídas por eles. O primeiro momento de reflexão sobre os impactos de origem humana sobre a natureza e as respectivas consequências para a qualidade da vida humana se dá na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, em 1972, que coincide com a época de surgimento dos debates da ecologia política.

Iniciando a pauta nas discussões de nível internacional, o documento reflete fortemente a noção de que as deficiências do meio ambiente estão associadas ao subdesenvolvimento, sendo a solução promover um “desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementam os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer.” (ONU, 1972, pág. 3). Explicita-se, então, como o debate é iniciado com fortes tendências desenvolvimentistas, atrelando ainda o compromisso com a preservação ambiental através de metas para também “aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento” que não devem “restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos” (ONU, 1972, pág. 4).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criada em 1983 pela Organização das Nações Unidas (ONU), publicou em 1987 o documento "Nosso futuro comum", também conhecido como Relatório Brundtland que reforça a relação intrínseca

entre desenvolvimento econômico e questões associadas ao meio ambiente e sustentabilidade, posicionando a pobreza, essencialmente concentrada no Sul Global, como a maior causa e efeito dos problemas ambientais globais (WCED, 1987). Assim, formaliza a definição de desenvolvimento sustentável como um processo de transformação para garantir a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a de gerações futuras reconhecendo limites sem impor limitações absolutas, além de reiterar a fundamentalidade de superação do mal que é a pobreza através de um crescimento econômico que garanta aos mais pobres uma parcela justa dos recursos e oportunidades (WCED, 1987).

Segundo Bodansky (2001), após a fase de definição da agenda entre 1985 e 1988, há as primeiras respostas de atuação internacional e busca por um acordo com compromissos comuns, contemplando a necessidade da consolidação do direito ambiental internacional, ao que a Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima, *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), surge como resposta. Adotada em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, conhecida como Eco-92, a convenção entrou em vigor em 1994 após a ratificação dos países, dando continuidade aos encontros anuais das Conferências das Partes (COPs).

Em relação aos marcos subsequentes, durante a COP - 3 em 1997, surgem negociações que se concretizam no Protocolo de Quioto, estabelecendo objetivos vinculantes especificamente aos países industrializados, induzindo a redução de 5% de sua emissão de gases de efeito estufa em relação aos parâmetros de 1990 até 2012. Na COP - 21 em 2015, o resultado é o Acordo de Paris coloca em prática metas diferenciadas conforme as capacidades de cada país, as Contribuições Nacionalmente Determinadas, do inglês *Nationally Determined Contributions* (NDCs). Contudo, apesar do avanço da agenda climática global, aponta-se ainda pouco e limitado questionamento ao modelo estruturante das assimetrias e impactos, ao passo em que há a manutenção da dependência de combustíveis, a centralização do crescimento econômico e o consumismo desenfreado (SULTANA, 2022).

Além disso, argumenta-se que parte significativa do problema no avanço é a presunção de igualdade perante os Estados e a falta de reconhecimento das desigualdades nas próprias negociações, acordos bilaterais e multilaterais, intervenções para o desenvolvimento ou mesmo nas finanças climáticas e COPs (SULTANA, 2022). Tal cenário implica que as disparidades enfrentadas pelo Sul Global passam a ser abordadas, mas também reduzidas como condições específicas dos países em desenvolvimento, sendo desvinculadas como

resultados da ordem global, que se conserva com a também renovação da limitação da participação dos mais vulneráveis nos espaços e negociações internacionais.

Diante da difícil superação de interesses econômicos e ainda significativas assimetrias globais na participação da agenda global e enfrentamento das mudanças climáticas, emergem soluções baseadas em finanças para balancear essas diferenças, como créditos de carbono, seguros climáticos e investimentos verdes (PINTO et al, 2023). Contudo, destaca-se o financiamento climático, que alinhado ao princípio de responsabilidades comuns e diferenciadas abordadas na Convenção Quadro, se concretiza como relevante modelo para uma redistribuição dos recursos econômicos para os países menos desenvolvidos e o cumprimento de suas metas (UNFCCC, 2025).

Preconizado desde a Eco-92, o financiamento climático se fortalece com o Acordo de Paris e a inclusão dos países em desenvolvimento nos compromissos globais, consolidando-se em como uma estrutura de fundos e mecanismos (PINTO et al, 2023) que viabiliza transferências e a difusão do capital concentrado entre os polos mais desenvolvidos para auxílio às localidades mais vulneráveis no atingimento de metas na temática de adaptação, mitigação e ambos combinados de forma integrada (também conhecidos como *cross-cutting*).

Para tanto, além das tradicionais transferências diretas entre países - essencialmente dos mais desenvolvidos para os mais vulneráveis -, conhecidas como relações bilaterais, emergiram meios multilaterais de financiamento climático, que são alternativas de canalização das fontes dos investimentos através dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento - em inglês, *Multilateral Development Banks* (MDBs) - como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc, ou fundos especializados como o *Global Environment Facility* (GEF), *Adaptation Fund* e o próprio *Green Climate Fund* (GCF), que será aprofundado mais adiante como objeto do estudo. A diferença do desempenho dessas duas modalidades de financiamento é que as transferências bilaterais reportam mais projetos climáticos em número, enquanto os mecanismos provedores multilaterais financiam menos projetos cuja dimensão e custo são maiores (OCDE, 2024).

Além disso, é caracterizado por investimentos de origem nacional, internacional e transnacional, que também podem ser públicos, competindo à esfera governamental e incluindo fundos nacionais, agências de desenvolvimento, bem como os próprios bancos multilaterais e fundos internacionais (PINTO et al, 2023), ou privados, que consistem principalmente em investidores institucionais, corporações e entidades filantrópicas essencialmente movidas por incentivos e retornos financeiros, que embora complementam

esforços e lacunas do financiamento climático público (SOUZA, 2025), são desestimulados por riscos dos investimentos climáticos de longa duração e falta de clareza sobre o retorno financeiro (LARSEN et al, 2018; WRI, 2018). Nesse sentido, a falta de clareza sobre saldos positivos desestimula à disposição desses atores para grandes contribuições, causando uma lacuna preenchida pela capacidade e adaptabilidade dos meios públicos e principalmente de MDBs (OCDE, 2024),

Outra estratégia que surge é a variedade de instrumentos financeiros pelos quais as transferências dos fundos e mecanismos podem ser feitas. A fim de atrair o capital, para além de doações, surgem alternativas com alguma forma de retorno ao investidor, como o co-financiamento entre parceiros, investimentos de capital com retorno financeiro esperado, empréstimos concessionais com taxas de juro abaixo do mercado, ou ainda por meio de garantias e instrumentos de risco, o que, por outro lado, é menos adequado para alguns atores locais (OMOKUTI et al, 2022). Mesmo quando oferecendo condições mais favoráveis e flexíveis por se tratarem de instituições financeiras públicas (OCDE, 2024) o caráter oneroso gera perigosas margens em relação aos termos e graus de concessionalidade, resultando em um risco geral de endividamento crítico para 53% dos países de baixa renda (WRI, 2023).

De modo geral, observa-se, então, as diversas complexidades do ponto de vista das relações internacionais que limitam um alcance de cenários ideais. Acrescenta-se que o panorama atual do financiamento sustentável reflete ainda a dificuldade de comprometimento financeiro para atingir as metas prometidas, sendo que estas já são consideravelmente inferiores aos valores necessários para resultados efetivos. Direcionando o foco para a temática de adaptação às mudanças climáticas, estima-se que as demandas financeiras totais nos países em desenvolvimento chegam a ser de 10 a 18 vezes maiores do que o arrecadado em fundos públicos internacionais (PNUMA, 2023). Ainda assim, apesar da expectativa de atingir os valores mínimos da meta de arrendamento anual até 2020, equivalente a 100 bilhões de dólares, o resultado somente foi alcançado em 2022 (OECD, 2024) e apenas em 2024 a meta foi aumentada para US\$300 bilhões de dólares por ano até 2035, o que ainda é reconhecidamente inferior ao necessário (WASKOW et al, 2024).

Este desafio de comprometimento se manifesta também para além da diferença das reais contribuições em relação aos valores esperados, sendo formalmente demonstrada com questionamento de técnicas e metodologias que estipulam os valores a serem arrendados. Como exemplo, o Pacto Climático de Glasgow de 2021, que propunha a duplicação, até 2025, da meta coletiva atingida em 2019 para adaptação em países mais vulneráveis, teve

suas referências de medida questionadas no *Report on the doubling of adaptation finance* da UNFCCC (OECD, 2024).

Diante de todo exposto, o foco no *Green Climate Fund* é justificado por sua relevância financeira como mecanismo de financiamento público vinculado aos próprios braços da UNFCCC, que reforçam sua centralidade na agenda do clima, bem como seu promissor papel para promoção de resiliência climática aos mais vulneráveis. Sua operacionalização será aprofundada nas próximas seções, a fim de observar como estas diferentes características do financiamento climático aparecem nas dinâmicas do GCF e seus projetos, que serão analisados no terceiro capítulo.

3.2 O GCF NA AGENDA GLOBAL DO CLIMA

O *Green Climate Fund* (GCF), em português Fundo Verde para o Clima, surge como mecanismo de financiamento direcionado aos países em desenvolvimento dentro da agenda climática global. Seu conceito foi proposto pela primeira vez, ainda de forma inicial, em 2009 na COP15 em Copenhague e consolidado nos Acordos de Cancún em 2010. O conselho de administração, composto por membros de diversos países, realizou as primeiras reuniões em 2012. Após o seu pleno estabelecimento, o fundo iniciou a mobilização de recursos em 2014, arrecadando mais de US\$10 bilhões (GCF, 2025c).

Apresentando-se como maior fundo climático do mundo, atende ao Mecanismo Financeiro da UNFCCC e ao Acordo de Paris (GCF, 2025a) especialmente diante do contexto de constante redução de uma janela de atuação frente às mudanças climáticas, posicionando-se como alternativa para não ultrapassar o aumento da temperatura global em 1,5°C. Assim, desempenha significativo papel no suporte das nações mais vulneráveis, divididos pelo fundo entre Países Menos Desenvolvidos, *Least Developed Countries* (LDC), Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, *Small Islands Developing States* (SIDS) e Estados Africanos para cumprirem com suas NDCs de redução de emissões e alcançarem alternativas de resiliência climática, de forma a utilizar os escassos recursos públicos para tornar mais atrativo o risco-recompensa de investimentos climáticos e atrair financiamento privado essencialmente para adaptação e soluções baseadas na natureza (GCF, 2025t).

Nesse sentido, propõe o que considera como vantagens estratégicas para mobilizar a economia global, possibilitando parcerias abertas e coalizões com uma variada gama de atores como investidores privados, agências de desenvolvimento e organizações da sociedade civil. Também proporciona uma atrativa flexibilização nos formatos de apoio financeiro, podendo

combinar as doações, dívida concessional, e instrumentos de capital para alavancar o financiamento combinado e atrair investimentos privados para ações climáticas em países em desenvolvimento.” (GCF, 2025b)

Outro relevante atributo a se observar é a promoção de acesso direto para as instituições dos países em desenvolvimento. Embora esse formato tenha sido instituído previamente em fundos associados à saúde, como o *Global Fund to Fight AIDS* e *GAVI Alliance*, na perspectiva climática já se fez presente no *Adaptation Fund* e *Global Environment Facility* (CALDWELL; LARSEN, 2021). Ainda assim, a dimensão do *Green Climate Fund* e sua direta articulação ao UNFCCC implica uma relevância diferenciada por incentivar formalmente a participação direta de representações dos países com maiores vulnerabilidades em meio às próprias instâncias das instituições internacionais.

Dessa forma, o detalhamento de alguns dos centrais mecanismos para operacionalização do fundo é um importante referencial para contemplar os diferenciais que oferece e sua real capacidade de atuação na promoção de resiliência climática.

3.3 APRESENTAÇÃO E REVISÃO CRÍTICA DA OPERACIONALIZAÇÃO DO GCF

De início, vale destacar que o amplo perfil de parceiros contribuintes com os investimentos resulta em uma rede de mais de 200 entidades credenciadas e parceiros, envolvendo bancos nacionais e internacionais, instituições financeiras e para o desenvolvimento de níveis multilaterais, regionais e nacionais, organizações de fundos de ações, agências das ONU e organizações da sociedade civil (GCF, 2025b).

Contudo, a garantia de plena participação encontra barreiras na acreditação, processo que confere reconhecimento institucional e autoridade às entidades para implementação dos projetos e alocação dos recursos do fundo (GCF, 2025r). Caldwell e Larsen (2021) observam em estudo com as entidades que enfrentam estas dinâmicas duas problemáticas: o fato de que, como avaliação de sua capacidade e prosperidade, o título deve ser renovado a cada 5 anos, somado ao lento ritmo de aprovação de projetos, em que mais de dois terços ainda aguardavam a aprovação de seu primeiro projeto em 2021 e oito entidades chegaram ao prazo de renovação sem nenhuma proposta aprovada.

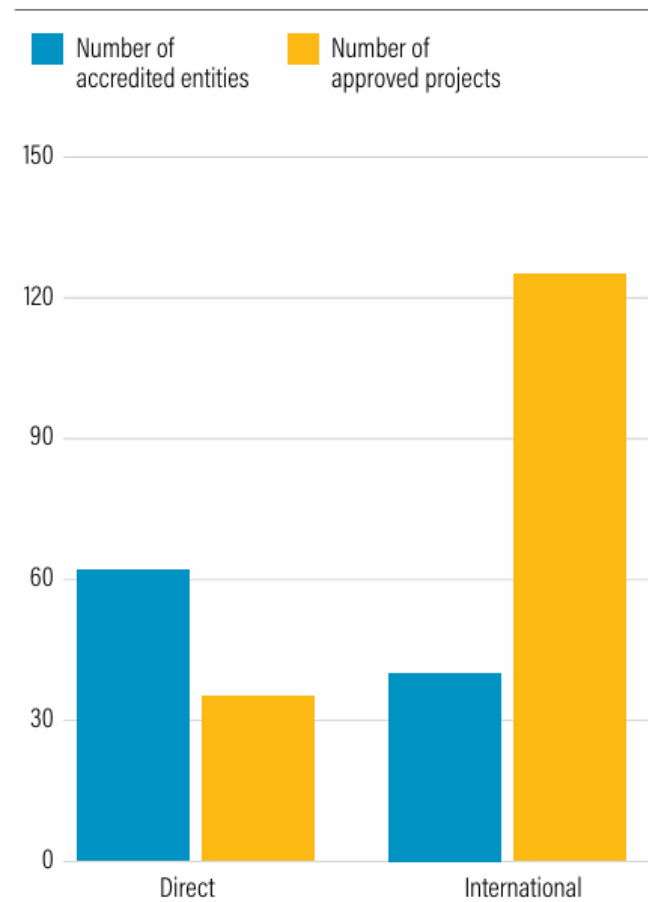
Diante da miríade de tipos de entidades acreditadas, como privadas, organizações não governamentais, nacionais, regionais ou internacionais (GCF, 2025r), compreende-se também diversos graus de preparo em relação à este processo. Assim, há diferentes capacidades de

renovação das tarifas frente à baixa previsibilidade de alocação de projetos para entidades de direto acesso nacional ou regional, especialmente as de menor porte ou representantes de países em desenvolvimento, que recebem autorização direta do GCF para acessar e gerir os recursos localmente, e relação às entidades internacionais acreditadas, que reúnem organizações como *European Bank for Reconstruction and Development* (EBRD) e o *United Nations Development Programme* (UNDP) no papel de intermediação entre os recursos e a implementação nos países beneficiários (OMOKUTI et al, 2022).

Nesse sentido, o real acesso ao fundo não ocorre de maneira tão eficaz e justa. As diferenças também se comprovam através da observação da diferença de projetos recebidos por entidades internacionais, que obtém uma taxa de 57,7% de aprovação, ao passo que entidades de direto acesso, mesmo compondo maioria, recebem apenas 32% de projetos efetivamente acreditados (OCDE, 2024). Os gráficos abaixo refletem a discrepância entre esses dados e o movimento consolidado e de crescente ampliação das aprovação de projetos para entidades internacionais.

Gráfico 1 - Entidades internacionais e direto acesso: Número de entidades versus número de projetos aprovados

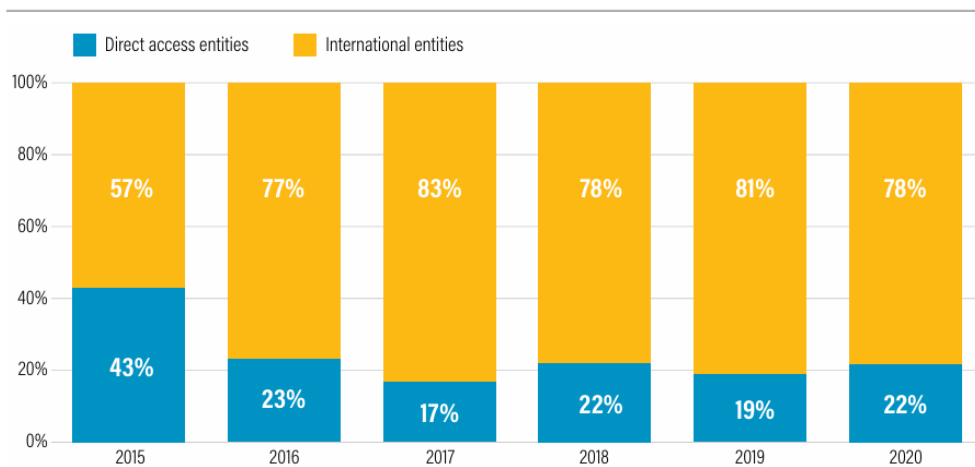
Figure 4 | **Direct and International Entities: Number of Entities versus Number of Projects Approved**



Fonte: CALDWELL; LARSEN, 2021

Gráfico 2: Porcentagem de projetos aprovados para entidades internacionais versus de entidades de direto acesso

Figure 6 | **Percentage of Approved Projects by Direct versus International Entity**



Sources: Green Climate Fund. n.d. "About Us: Partners." Accessed February 1, 2021. <https://www.greenclimate.fund/about/partners/ae>; Green Climate Fund. n.d. "Projects and Programmes: Project Portfolio." Accessed February 1, 2021. <https://www.greenclimate.fund/projects>.

Fonte: CALDWELL; LARSEN, 2021

Além disso, a maioria das entidades de acesso direto entrevistadas no estudo de Caldwell e Larsen (2021) apesar das dificuldades no processo de acreditação, é útil em última instância, considerando que fortalece seus sistemas de gerenciamento. Assim, se observa como para alcançar os benefícios, os atores representantes de países em desenvolvimento passam por um processo de aprimoramento de compromissos fiduciários e riscos operacionais (CALDWELL; LARSEN, 2021). Tais requisitos, integrados na dinâmica de funcionamento do fundo, reforçam como a padronização conforme as práticas econômicas prevalecem mesmo em projetos de sustentabilidade, de forma que a adequação aos padrões do sistema financeiro é propagada como etapa para pleno atingimento do propósito.

Estes aspectos demonstram como, além de uma falha na garantia de autonomia das entidades de acesso direto, especialmente dos países em desenvolvimento, e da reprodução de um favorecimento das instituições consolidadas internacionalmente, a solução articulada pelo fundo se dá essencialmente através da adequação às práticas capitalistas disseminadas pelas potências globais. Desde sua formação, registros apontam que embora embora 130 organizações da sociedade civil tenham participado nas etapas de concepção e desenvolvimento do GCF, seus valores centrados nos direitos humanos e ambientalismo cívico foram pouco enquadrados em detrimento do caráter econômico e a grande ênfase de medidas financeiras (ANISIMOV; MAGNAN, 2023).

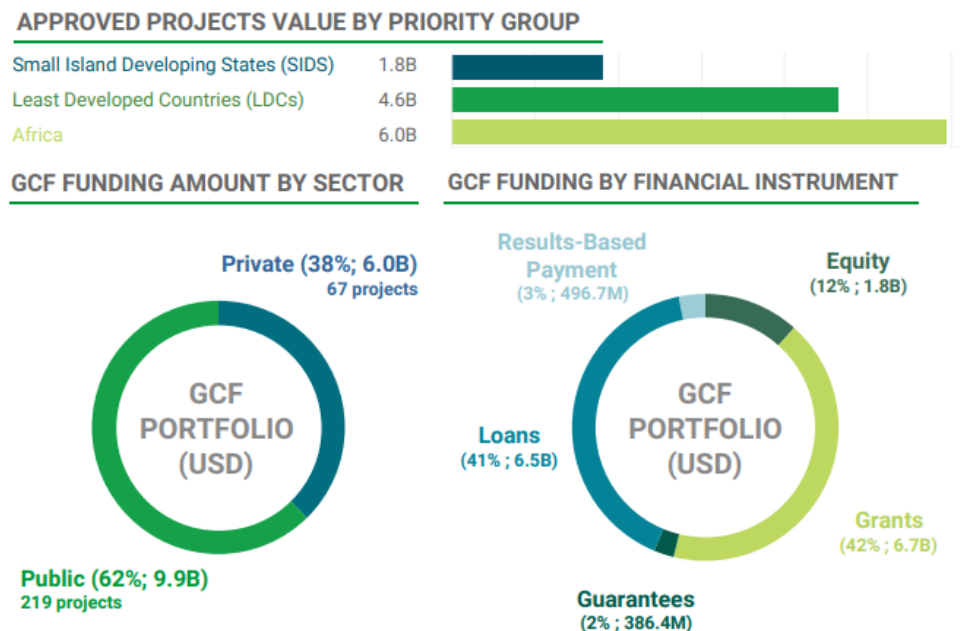
Tal cenário pode evidenciar um choque com outro princípio fundamental do fundo, que é seguir uma abordagem orientada pelo próprio país em desenvolvimento que será contemplado com o investimento (GCF, 2025b), o que implica a valorização de uma liderança autoguiada nos processos de programação e a implementação dos projetos. O GCF propõe, então, na estruturação de todos os seus projetos a atribuição de uma Autoridade Nacional Designada, em inglês *National Designated Authority*, (NDA), e de pontos focais que são encarregados de toda negociação (GCF, 2025s). Contudo, a preservação dos interesses dos beneficiários dos projetos é questionável pelo fato de que tais representações nem sempre possuem um olhar focal e a capacidade de observar e gerir custos-chave como o tempo de trabalho da equipe, além de gerar processos excessivamente burocráticos que dificultam uma real proximidade das necessidades reais locais (CALDWELL; LARSEN, 2021).

Para tanto, há ainda o processo de consulta e participação de comunidades locais, integrando a abordagem de *Locally Led Climate Action* (LLCA) considerada central para o GCF (GCF, 2025q). Um recurso relevante para averiguação da eficiência dos seus resultados

sob esta perspectiva e avaliação da necessidade de eventuais correções é o Mecanismo Independente de Reparação, em inglês o *Independent Redress Mechanism* (IRM), que trata de queixas e denúncias de casos afetados pela implementação de projetos e realiza a reconsideração de propostas de financiamento que tenham sido recusadas pela direção do fundo (GCF, 2025d). Um estudo mais aprofundado de alguns dos registros neste sistema será feito no terceiro capítulo, como parte do destrinchamento e avaliação de como da atuação em projetos de adaptação do GCF na prática.

Por fim, em relação aos tipos de fontes e instrumentos financeiros que prevalecem na mobilização de investimentos do GCF, a operacionalização do fundo é caracterizada por maior concentração de arrecadamento público do que privado, além de uma maioria de investimentos através de instrumentos financeiros alternativos às doações (GCF, 2025t), o que reforça seu alinhamento com o compromisso de demonstrar novos modelos de negócios voltados à adaptação, reduzir riscos financeiros e atrair investidores privados (GCF, 2021b). Além disso, referente à distribuição destes recursos, observa-se que os países africanos contém a maioria dos projetos já aprovados.

Gráfico 3: Financiamento do GCF por setor e instrumento financeiro



Fonte: GCF, 2025t

A partir da compreensão das estruturas e características específicas do GCF como fundo público de financiamento climático, compreendendo pontos chave de sua

operacionalização, direciona-se à análise das concepções, definições e estruturação da temática de adaptação.

3.4 ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO GCF

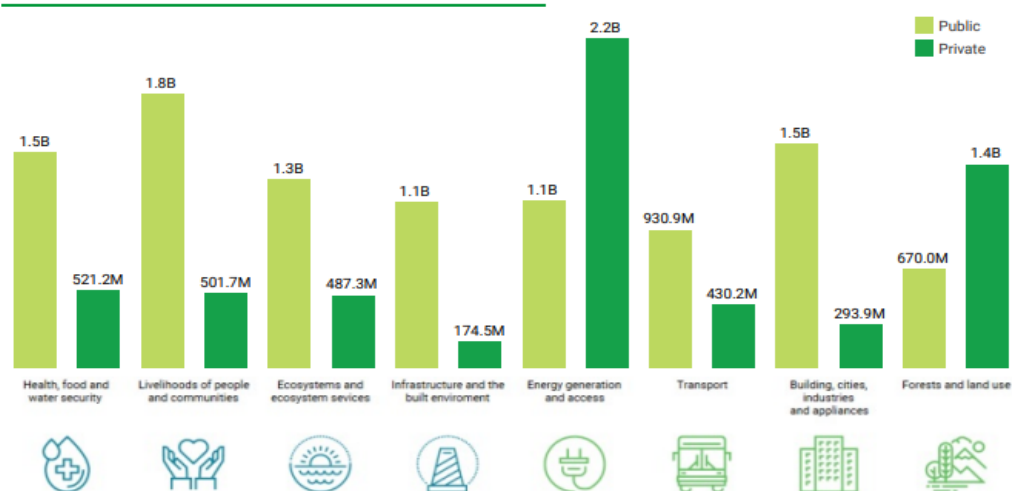
A fim de completar o panorama geral sobre o GCF antes do aprofundamento de sua atuação prática, propõe-se a breve observação de como a adaptação é concebida, estruturada e numericamente representada. De modo geral, o fundo se compromete com destino de 50% dos projetos para temática de adaptação, dentre os quais ao menos 50% dos recursos é destinado aos países mais vulneráveis, o que chega a alcançar 70% dos investimentos para SIDS, LDC e estados africanos em conjunto (GCF, 2021b). Nesse sentido, é numericamente evidenciado um foco de investimento aparentemente alinhado ao seu propósito, haja visto que se posiciona como um mecanismo para atender às necessidades dos países com maiores vulnerabilidades e ampliar sua resiliência.

A definição oficializada pelo fundo é atribuída à habilidade de mudar processos, práticas e estruturas em resposta aos eventos climáticos extremos já desenvolvidos, propondo uma “mudança de paradigma” (GCF, 2021b; GCF, 2025z). Nesse sentido, apesar de propor uma alteração estrutural e aparentar retomar perspectivas de uma adaptação às mudanças climáticas transformativa, tal realização é proposta através de conservação dos atuais parâmetros de desenvolvimento, de forma a apenas acrescentar e aprimorar a resiliência climática, apresentando seu papel como otimizador da adaptação e de benefícios paralelos para o desenvolvimento que produzem, por exemplo, empregos verdes (GCF, 2025z).

Dessa forma, possui forte compromisso com a movimentação de capital e promoção de novas formas de estruturar financeiramente projetos de adaptação para escalar abordagens promissoras e reduzir riscos para investidores privados (GCF, 2021b). Na prática, observa-se que o fundo alcança maioria de investimentos públicos em suas áreas de atuação associadas à adaptação em comparação aos investimentos privados, que são mais consolidados para projetos de mitigação (GCF, 2025u) conforme representado no gráfico 4.

Gráfico 4: Comparação de investimentos públicos e privados entre as áreas temáticas de atuação dos projetos de adaptação e mitigação

PROJECTS BY THEME AND KEY RESULT AREA



Fonte: GCF, 2025u

Dessa forma, estruturado entre as áreas temáticas de adaptação e mitigação, o GCF distribui quatro eixos de resultados para cada. Assim, considerando o foco do trabalho na observação da efetividade dos compromissos para resiliência climática, direciona-se a atenção para os projetos com classificação associada à Segurança sanitária, alimentar e hídrica, Meios de subsistência das pessoas e comunidades, Infraestrutura e ambiente construído, e Ecossistemas e serviços ecossistêmicos.

Como esclarecimento mais minucioso dos escopos e possibilidades de atuação prática para adaptação no GCF, apresenta-se um breve panorama. O eixo de Meios de subsistência das pessoas e comunidades, como a área temática mais contemplada por investimentos de modo geral, propõe o aprimoramento de resiliência de regiões vulneráveis e seus sistemas socioeconômicos, diante do risco de serem devastadas pelas mudanças climáticas (GCF, 2025y). Em seguida, o compromisso com Segurança sanitária, alimentar e hídrica se posiciona como segundo maior eixo em termos de financiamento, sendo o que mais recebeu aportes privados, o que demonstra forte compromisso com a adequação do setor agrícola e outras atividades associadas a recursos essenciais no contexto de cada vez mais vulnerabilização da biodiversidade e dos ciclos naturais frente às mudanças climáticas (GCF, 2025w)

Tal percepção aproxima-se também do objetivo do eixo de Ecossistemas e serviços ecossistêmicos, pautada na garantia de manutenção e preservação da funcionalidade das cadeias, redes e sistemas da fauna e da flora, apontando também a relevância de contemplar

os meios de subsistência das populações locais para desenvolvimento e implementação dos projetos, de modo social e ecologicamente sustentável (GCF, 2025v).

Por fim, Infraestrutura e ambiente construído, apesar de ser a terceira área em termos de mais investimentos recebidos, é a que contém menos projetos entregues, indicando um valor médio mais alto em relação ao custo de cada um deles. Estas quantias são convertidas em obras estruturais essenciais para manutenção de diversos sistemas socioeconômicos simultaneamente, evitando possíveis desamparos de um “efeito dominó” (GCF, 2025x). Nesse sentido, pode ser aproximado às críticas de desenvolvimentismo e noções de aprimoramento do desempenho econômico e modernização estrutural conforme a realidade dos países desenvolvidos na medida em que soluções baseadas na natureza ainda estão sendo estudadas e possuem perfil de retorno arriscado para os investidores.

Nesse sentido, o trabalho visa observar como os projetos distribuídos entre tais classificações se comportam na prática, observando alguns dos dilemas do desenvolvimento sustentável que já aparecem e preenchendo também uma fundamental lacuna na bibliografia sobre o GCF em relação a avaliação do grau de qualidade das entregas do financiamento para adaptação sob a perspectiva local, haja visto que dentre os trabalhos acadêmicos empíricos produzidos sobre o fundo, grande parte são direcionados para avaliação da agenda de perdas e danos, performance de políticas e alocação regional de finança (OMOKUTI et al, 2022).

4. A ADAPTAÇÃO NA PRÁTICA: ANÁLISE CRÍTICA DE PROJETOS DO GREEN CLIMATE FUND

4.1 BIBLIOGRAFIA DA ATUAÇÃO EM ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO GCF

Diante do panorama do financiamento climático, do papel do GCF e sua operacionalização, que evidenciam como, apesar da progressão em esforços concentrados para as metas climáticas, há ainda problemáticas no que se refere ao investimento e acesso dos benefícios. Retoma-se a perspectiva da ecologia de forma política para destrinchar os reais efeitos dos projetos para resiliência.

Como breve contextualização, a bibliografia existente direcionada a análise dos projetos de adaptação é ainda reduzida se comparada aos trabalhos já produzidos sobre mitigação. O escopo costuma ser delimitado à observação de objetivos técnicos ou econômicos, as abordagens e o desenho de adaptação proposto pelos fundos, gerando uma lacuna de abordagens que contemplem os impactos sociais de forma ampla (WRI, 2018). Isto implica que o presente estudo propõe a análise dos projetos do GCF de forma ainda pouco

explorada, especialmente sob a lente da ecologia política, o que abre espaço para novos estudos que aprofundem essa dinâmica.

Conforme apresentado, o fato de a maioria dos investimentos do fundo serem direcionados aos países em desenvolvimento, indica um diferencial em relação ao criticamente observado no financiamento para adaptação, em que os países mais expostos e afetados pelos riscos das mudanças climáticas tendem a receber desproporcionalmente menos financiamento para adaptação do que os que enfrentam riscos menores (OMUKUTI, 2022). Contudo, há ressalvas da bibliografia especializada no fundo de que, se realizada uma divisão ainda mais minuciosa entre grupos de muito alta, alta, moderada e baixa vulnerabilidade, é evidenciado, na verdade, que os recursos do GCF são alocados proporcionalmente a cada uma das categorias hipotéticas, mas não com a devida priorização e urgência para os casos mais necessitados (GARSCHAGEN; DOSHI, 2022).

Além disso, há uma percepção de que pouco é conhecido e documentado sobre o real impacto dos projetos e investimentos do fundo à nível local (OMUKUTI, 2022). Embora o fundo tenha dimensão global, o compromisso com o aprimoramento da resiliência climática pressupõe a resolução dos efeitos negativos já existentes, que são justamente percebidos pela própria sociedade. Este, entretanto, é um dilema do GCF ao se observar a entrega de projetos para adaptação na prática, pois ainda que se comprometa com o financiamento e participação dos países vulneráveis, os orçamentos não apresentam descrição clara da quantia direcionada ao envolvimento de atores locais, o que limita a transparência de como está distribuído o financiamento nas dinâmicas internas nacionais e para o nível local propriamente dito (OMUKUTI, 2022).

Tal contexto pode implicar uma relação pouco articulada entre os atores que gerenciam o projeto, representado essencialmente por lideranças externas àquela realidade, e as comunidades locais ali existentes. Esta é uma problemática que é parte do financiamento climático de adaptação como um todo, em que as perspectivas críticas apontam que muitos projetos acabam enfraquecendo sua abordagem frente às vulnerabilidades ao não incluir de forma suficiente a participação destes grupos em todas as etapas, desde o planejamento à implementação (ERIKSEN et al, 2021).

No caso do GCF, ainda que a participação nacional seja valorizada e institucionalmente representada por uma Autoridade Nacional Designada, a bibliografia especializada identifica uma falha na própria diferenciação e esclarecimento do que considera como demais atores locais a serem envolvidos, podendo delegar às entidades acreditadas ou grandes instituições financeiras o papel de fonte local (OMUKUTI, 2022). Paralelamente, há

também incertezas sobre a métrica do impacto direto e indireto que os projetos proporcionam para as comunidades, que carecem de maior especificidade em seus cálculos e detalhamento de como se manifesta o aprimoramento da resiliência climática em cada localidade (WRI, 2018).

Ambos os casos evidenciam uma falha de consulta e participação das comunidades mais vulnerabilizadas, que justamente poderiam fornecer maior entendimento devido ao seu posicionamento no cerne das problemáticas e, consequentemente, auxiliar em uma avaliação concreta de resultados e impactos positivos produzidos. Estes desafios se somados a problemática mencionada anteriormente, relativa a lentidão de acreditação e menor grau de atribuição de projetos para as organizações sociais, locais e de menor porte que buscam participação como entidades de direto acesso, evidenciam como:

“Civil Society Organisations (CSOs) working with GCF note that local engagement requires channelling finance via sub-national governments, local CSOs, or intra-national devolved finance mechanisms (CS-8; GCF, 2015e, para. 284). However, although some sub-national entities are already seeking accreditation with the GCF, the process has been slow, meaning that these entities have so far collectively secured limited funding from GCF (PS-9).” (OMUKUTI, 2022, p.1230).

Em outras palavras, as formas de participação de grupos locais e organizações da sociedade civil são escassas, sendo a principal alternativa à institucionalização realizada pelo fundo para vínculo formal como entidade, mas é um processo que também apresenta diversos contratempos. Dessa forma, para além do dúbio comprometimento com o engajamento e representação dos interesses de grupos mais vulnerabilizados, a compreensão da realidade prática das áreas intervidas pelo fundo se torna questionável por diversas frentes, bem como o refinamento de sua atuação e dos resultados entregues.

4.2 ANÁLISE DOS PROJETOS

A partir da contextualização de problemáticas já estudadas em relação aos projetos de adaptação do GCF, tem-se um panorama ainda mais consolidado de questionamento do real acesso aos recursos, participação e benefícios gerados aos mais vulneráveis. Assim, são contemplados alguns desdobramentos de projetos que parecem orientados às noções de melhorias em infraestrutura, modernização e tecnologia, sem necessariamente estar alinhado às perspectivas locais que, como abordado, são centrais para garantia da efetividade em adaptação às mudanças climáticas.

Para análise da atuação prática do GCF na temática de adaptação e investigação de sua efetividade, serão abordados quatro projetos com queixas registradas no IRM, dentre os quais o FP001 é também um dos quatro projetos já concluídos a serem analisados, permitindo

um paralelo entre as problemáticas detectadas durante a implementação e as lições aprendidas após a entrega. Em cada caso, são avaliadas as fichas com informações atualizadas de andamento ou conclusão, e as propostas de financiamento originais aprovadas, acrescentando a análise das queixas registradas para os projetos do IRM.

Na tabela 1, estão apresentados os projetos, as regiões que contemplam, quais suas propostas, entidades acreditadas responsáveis pela implementação e, portanto, o tipo de acesso ao recurso, direto entre instituição nacional ou com intermediação internacional. Em seguida, há a observação mais aprofundada de caso a caso.

Tabela 1: Projetos analisados: região, proposta, entidade acreditada e modalidade de acesso ao financiamento

Projeto	Países/ Região	Proposta	Entidade acreditada	Tipo de acesso
FP098	4 países - LDC e Estados Africanos	Criação de mecanismos de incentivo financeiro.	<i>Development Bank of Southern Africa (DBSA)</i>	Direto
FP043	Marrocos - Estados Africanos	Aprimoramento de irrigação e conservação de fontes de água.	<i>European Bank for Reconstruction and Development (EBRD)</i>	Internacional
FP034	Uganda - Estados Africanos	Aprimoramento da agricultura de subsistência em terras úmidas.	<i>United Nations Development Programme (UNDP)</i>	Internacional
FP001	Peru - LDC	Criação de bionegócios em áreas indígenas.	<i>Peruvian Trust Fund for National Parks and Protected Areas</i>	Direto
FP023	Namíbia - Estados Africanos	Aprimoramento da agricultura e enfrentamento da insegurança alimentar.	<i>Environment Investment Fund of Namibia (EIF)</i>	Direto
FP024	Namíbia - Estados Africanos	Aprimoramento da gestão comunitária de recursos naturais.	<i>Environment Investment Fund of Namibia (EIF)</i>	Direto
FP007	Maldivas - SIDS	Aprimorar a resiliência frente a escassez hídrica	<i>United Nations Development Programme (UNDP)</i>	Internacional

Fonte: Autoral. Dados: GCF, 2025p; GCF, 2025o; GCF, 2025n; GCF, 2025k; GCF, 2025l; GCF, 2025m; GCF, 2017c.

De início, as queixas registradas no IRM possibilitam maior concretude sobre as problemáticas que se manifestam durante a implementação dos projetos. Confirmando levantamentos acadêmicos sobre a falha na inclusão local e devida avaliação de impactos para essas comunidades, tais denúncias demonstram a incompatibilidade - principalmente em projetos excessivamente direcionados às reformas de infraestrutura e viabilização financeira - com a realidade em que estão sendo implementados.

O FP098 é direcionado a criação de um mecanismo financeiro intermediário operado pelo Development Bank of Southern Africa (DBSA), garantindo a futura atratividade para investimentos em tecnologias e projetos que sejam comercialmente viáveis (GCF, 2025p; GCF, 2018). Assim, há grande foco na atração do setor privado para projetos de sustentabilidade, mas não inclui curadoria e responsabilidade pela execução dos projetos que serão derivados dessa facilitação como responsabilidade do GCF. Em outras palavras, é possível observar o comprometimento com a viabilidade econômica, mas nenhuma implicação em relação às próprias medidas de sustentabilidade que serão proporcionadas, considerando que estarão alheios aos critérios e supervisão do fundo.

Além disso, ressalta-se que propõe intervenções na África do Sul, Namíbia, Essuatíni e Lesoto (GCF, 2025p; GCF, 2018), e que, ainda que sejam países de uma mesma realidade regional africana, há certa complexidade de conciliação de diferentes dinâmicas locais. A queixa C0005 foi, então, erroneamente aberta como meio de obtenção de informações, haja visto que o mecanismo é destinado ao registro de denúncias e problemas de implementação (GCF, 2025g), o que evidencia falhas institucionais que vão desde a etapa de consulta e comunicação com as próprias comunidades que serão envolvidas direta ou indiretamente pela intervenção (especialmente considerando os múltiplos grupos e realidades que deveriam ser investigados), até possíveis falhas de transparência e acesso às informações do fundo. Logo, estes fatores podem ter motivado a busca de canais mais extremos para tentativa de contato.

O cenário de valorização dos investimentos externos e privados em paralelo à falha na comunicação com as comunidades locais também aparece no projeto FP043, cujo principal objetivo é a conservação de acesso à água na planície de Saïss, no Marrocos, e aprimoramento da resiliência da agricultura local. Prevê, então, o desenvolvimento dos sistemas de irrigação de água com o aprimoramento de técnicas e através da administração privada destes recursos como solução para as dificuldades de escassez hídrica enfrentadas,

que levavam à extração de água de poços artesianos de forma arriscada (GCF, 2025o; GCF, 2015).

Entretanto, agora propriamente transformada em denúncia ao IRM, a queixa C0003 questiona expressamente a efetividade das consultas realizadas às populações locais para a implementação do projeto, bem como do grau de informações que foram repassadas à eles. O caso foi arquivado após aceitação, por parte dos denunciantes anônimos, de acordo externo às capacidades do GCF e do programa (GCF, 2025f), mas retoma os diversos graus de falha na interlocução local desde o início de sua execução.

Vale destacar também que o apontamento por parte de entidades menores e nacionais de direto acesso sobre a dificuldade de acreditação e designação de projetos se conecta com este caso. A modalidade de acesso aos recursos foi internacional, sendo o *European Bank for Reconstruction and Development* (EBRD) o encarregado pela intermediação neste caso (GCF, 2025o; GCF, 2015), o que retoma debates sobre a relevância do investimento e atuação estrangeira para as necessidades do Sul Global, desde que conservando seu papel decisório e autônomo. Afinal, o caso evidencia justamente o limitado poder e baixa participação que têm sido concedidos às mais vulneráveis populações impactadas.

Ainda mais, a priorização e valorização do setor privado em relação às próprias comunidades nacionais também reaparece neste caso, sendo pontuada como meio para aprimorar o desenvolvimento dos sistemas e facilitar investimentos futuros de infraestrutura e equipamentos modernos para irrigação (GCF, 2025o; GCF, 2015). A recorrente valorização da participação privada e rentabilidade econômica do projeto evidencia como os consolidados princípios de crescimento econômico se manifestam na prática na adaptação às mudanças climáticas promovida pelo CGF, especialmente demonstrando como as propostas de solução se escoram na atratividade e rentabilidade como critério essencial para sua viabilização.

As consequências práticas deste cenário de subjugação da consulta das reais necessidades e da participação local são evidenciadas no projeto FP034, que tem como objetivo central o aprimoramento da agricultura de subsistência em terras úmidas na Uganda, prevendo a construção de pequenas barragens de terra, bacias e mecanismos que capturam sedimentos, obras de canalização, drenagem e contenção, além de limpeza dos cursos de água (GCF, 2025n; GCF, 2016).

Mais uma vez, a queixa C0013 aborda a falha comunicação com grupos locais, mas vai ainda mais fundo na problemática, haja visto que a população do distrito de Rukingir, representada por organizações da sociedade civil, denunciou a ocupação de propriedades das comunidades locais, destruição de árvores e plantações, causando o deslocamento forçado, o

que ainda foi reforçado pela presença de equipes de segurança (GCF, 2025j). Tais relatos já demonstram, por si só, a ineficácia deste modo de implementação sem a devida interlocução com a população, pois da perspectiva local que deveria ser beneficiada, resultam apenas prejuízos da direta violação das áreas e do acesso aos recursos que são reconhecidos como essenciais para subsistência pelos próprios documentos do fundo.

Porém, tamanha falha na consulta e comunicação sobre as obras e manutenções realizadas culmina ainda em dois acontecimentos mais graves: as mortes por afogamento de um garoto de 17 anos e de uma menina de 8, denunciadas através de outros dois processos de queixa ao IRM, C0011 e C0012, respectivamente (GCF, 2025h; GCF2025i). Neste caso, a transformação mal investigada, sinalizada e acordada entre as partes impacta não apenas na qualidade de vida das comunidades, mas oferece também riscos para a própria segurança.

A fim de observação da superação ou não das problemáticas levantadas e seus respectivos impactos, há ainda poucos projetos entregues que podem ser referência sobre as suas reais eficiências após finalizados: apenas três casos na temática de adaptação e um transversalmente vinculado à mitigação, na temática de *cross-cutting*. Este último é de extrema relevância para análise, considerando que é o único já concluído que também possui registro de ocorrência no IRM, possibilitando a observação dos fatores relatados na queixa em relação aos seus resultados.

O FP001 visava o aprimoramento da resiliência das comunidades indígenas do Peru, tendo estabelecido áreas de conservação, bionegócios movidos a energia solar, usinas fotovoltaicas e estações de tratamento de água (GCF, 2025k; GCF, 2021a). De início, observa-se certa incompatibilidade das propostas com a realidade de vida dos povos originários, que é extremamente baseada no convívio com a natureza, refletindo um risco de introdução de infraestruturas e dos fluxos financeiros na região sem necessariamente proporcionar um aprimoramento de resiliência para a região conforme a perspectiva local.

Neste caso, o registro C0002 foi aberto no IRM pelo próprio GCF ao encontrar provas de *prima facie* que reconheciam a necessidade de investigação auto-iniciada e medidas de correção na implementação do projeto. Isto porque foi observado uma lacuna nas orientações sobre a consulta prévia e categorização de risco para projetos envolvendo povos indígenas, observando a necessidade de contemplar mais rigorosamente os possíveis impactos da criação de áreas de conservação nos direitos de terra das comunidades originárias. Contudo, as medidas formais não tiveram seguimento a fim de evitar atrasos burocráticos ou riscos reputacionais ao fundo (GCF, 2025e).

Consequentemente, essa disparidade foi observada novamente dentre as principais lições após a conclusão, listando a fundamentalidade da participação e engajamento de atores locais, especialmente em contextos indígenas, e da flexibilização do projeto para se adequar às realidades práticas em que serão inseridos. Ainda assim, o FP001 reconhece como seu legado uma suposta “abordagem abrangente” capaz de contemplar 131 comunidades e seus sistemas de conhecimento enquanto, simultaneamente, estabelece diversas estruturas de manutenção preventiva conciliadas também com a viabilização de bionegócios (GCF, 2025k). Tal percepção, entretanto, é contrariada pela própria necessidade de entrega de manuais e capacitações técnicas para os habitantes, o que retoma a percepção de sobreposição e superioridade da sapiência ocidental.

Fica evidente, portanto, como a problemática, apesar de reconhecida pelo mecanismo independente, não apresenta impacto suficiente ao ponto de reverberar em mudanças significativas na implementação do projeto. Isto implica que não há grandes alterações em relação aos planos originais mesmo após constatados riscos em relação à preservação dos direitos e necessidades locais, o que é ainda mais problemático diante da observação de falhas desde as primeiras etapas de consulta e interlocução.

Dentre os demais projetos concluídos de adaptação, tem-se que, de forma geral os desempenhos alcançados são igualmente numericamente destrinchados, quantificando seu impacto especialmente através da apresentação da infraestrutura e bens materiais produzidos, que tendem a superar as metas iniciais. Além disso, continuam apresentando aprendizados obtidos a falha de consulta e comunicação com grupos locais, ainda que não tenham sido denunciadas formalmente no IRM e, muito menos, devidamente corrigidas.

O FP023, que propunha reduzir a vulnerabilidade e insegurança alimentar das comunidades da Namíbia através do aprimoramento da agricultura, aponta que beneficiou mais que o dobro previsto de pequenos agricultores com bens materiais para aprimorar conservação e treinamento em práticas de resiliência climática, além de impactar muitos outros indiretamente com a criação de centro de pesquisa e capacitação. Contudo, ainda pontua como aprendizados a fundamentalidade do envolvimento e participação decisória das populações locais para evitar conflitos e garantir a sustentabilidade a longo prazo (GCF, 2025l; GCF, 2017a).

A priorização de viabilização econômica e atratividade financeira dos projetos reaparece através de parcerias com o AgriBank, o *Agricultural Bank of Namibia*, e o *Agro-Marketing and Trade Agency* (AMTA), além do desenvolvimento de um seguro agrícola para as crises, ao que o fundo destaca que a experiência alimentou a sinergia para

conciliação de melhorias nas medidas de adaptação às mudanças climáticas com a diversificação da renda dos agricultores (GCF, 2025l). Tal abordagem retoma as críticas de ações incrementais, evidenciando como as estratégias de sustentabilidade são pontuais e paralelas à essencial conservação dos modelos e paradigmas dominantes.

O FP024, também aplicado na Namíbia, apresenta problemáticas similares, especialmente dentre as lições aprendidas, que novamente enfatizam a consulta e o engajamento comunitário antes do desenvolvimento de estratégias, propondo avaliação contínua, transparência e adesão de feedbacks das populações locais, além de acrescentar a relevância de abordagens inclusivas à língua e cultura. Neste caso, vale destacar que o objetivo central é, de fato, voltado ao acesso público e a promoção de gestão comunitária de recursos naturais, embora a centralidade da sustentabilidade financeira e angariamento de investimentos privados e parcerias para sua manutenção ainda se façam presentes. (GCF, 2025m; GCF, 2017b)

Adicionalmente, o projeto FP007 visa aprimorar a resiliência frente a escassez hídrica de comunidades vulneráveis nas Maldivas e aponta como lição crítica a necessidade de coordenação na manutenção das infraestrutura para evitar danos, além de flexibilização para se adaptar à realidade prática local e qualificação dos operadores das redes de água (GCF, 2017c).

Por fim, as principais informações sobre o desempenho dos projetos estão compiladas na Tabela 2, em que é reforçado mais visualmente como em todos os registros de queixas e lições aprendidas, surge a necessidade de maior alinhamento com as necessidades e realidades locais, evidenciando tal problemática tanto nos casos de acesso direto como nos casos de intermediação de uma entidade internacional acreditada. Outra unanimidade é o enquadramento de todos no eixo de resultados para Meios de subsistência das pessoas, reforçando sua posição como área mais contemplada por investimentos e o forte compromisso com aprimoramento da resiliência e sistemas socioeconômicos de regiões vulneráveis.

Tabela 2: Desempenho dos projetos analisados: queixas, eixos temáticos e duração dos resultados

Projeto	Países/ Região	Entidade acreditada	Tipo de acesso	Queixas/ Lições Aprendidas	Eixo Temático	Conclusão e duração dos resultados
FP098	4 países - LDC e Estados Africanos	<i>Developm ent Bank of Southern Africa (DBSA)</i>	Direto	Solicitação de informações e possível falha de comunicação com as comunidades locais.	Todos eixos de adaptação	Previsão: 2023. Adiado para 2026. Duração de 20 anos.
FP043	Marrocos - Estados Africanos	<i>European Bank for Reconstru ction and Developm ent (EBRD)</i>	Internacional	Falha de comunicação com as comunidades locais.	(1)Infraestrutura e ambiente construído; (2) Meios de subsistência das pessoas e comunidades	Previsão: 2021. Adiado para 2027 Duração de 40 anos.
FP034	Uganda - Estados Africanos	<i>United Nations Developm ent Program me (UNDP)</i>	Internacional	Falha de comunicação com as comunidades locais, violação de propriedades, destruição de meios de subsistência e acidentes fatais.	(1)Segurança sanitária, alimentar e hídrica; (2)Meios de subsistência das pessoas e comunidades; e (3)Ecossistemas e serviços ecossistêmicos	Previsão: 2025. Adiado para 2026 Duração de 8 anos.
FP001	Peru - LDC	<i>Peruvian Trust Fund for National Parks and Protected Areas</i>	Direto	Falha de comunicação com as comunidades locais, especialmente a respeito dos direitos de povos originários.	(1) Meios de subsistência das pessoas e comunidades.	Previsão: 2021 Concluído em 2024. Duração de 5 anos.
FP023	Namíbia - Estados Africanos	<i>Environm ent Investmen t Fund of Namibia (EIF)</i>	Direto	Falha de comunicação com as comunidades locais e garantia de sua participação	Todos eixos de adaptação	Previsão: 2022. Concluído em 2024. Duração de 5 anos.

				decisória.		
FP024	Namíbia - Estados Africanos	<i>Environment Investment Fund of Namibia</i> (EIF)	Direto	Falha de comunicação com as comunidades locais e garantia de sua participação decisória.	(1)Segurança sanitária, alimentar e hídrica; (2)Meios de subsistência das pessoas e comunidades	Concluído conforme previsto em 2022. Duração de 5 anos.
FP007	Maldivas - SIDS	<i>United Nations Development Programme</i> (UNDP)	Internacional	Falha de comunicação com as comunidades locais e garantia de adaptabilidade do projeto às necessidades práticas, especialmente em casos de recursos hídricos.	(1)Segurança sanitária, alimentar e hídrica; (2) Meios de subsistência das pessoas e comunidades	Previsão: 2021. Concluído em 2023. Duração de 5 anos.

Fonte: Autoral. Dados: GCF, 2025p; GCF, 2025o; GCF, 2025n; GCF, 2025k; GCF, 2025l; GCF, 2025m; GCF, 2017c; GCF, 2018; GCF, 2025g; GCF, 2015; GCF, 2025f; GCF, 2016; GCF, 2025j; GCF, 2021a; GCF, 2025e; GCF, 2017a; GCF, 2017b

Resta ainda a observação de que a grande maioria dos casos teve o prazo final adiado, além de que metade possui resultados com previsão de curta duração: 5 anos. Dentre os projetos com maior longevidade, o máximo observado é de 40 anos no FP043, que, na verdade, evidencia como a sustentação de longo prazo se ancora na necessidade de engajamento de capital e de atores privados, tendo em vista que opera por meio de parceria público-privada para gestão e empréstimos concedidos pelo EBRD com prazo de maturidade de dezoito anos (GCF, 2015).

4.3 EFETIVIDADE DA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA PROMOVIDA

Em suma dos projetos abordados, observa-se a forte manifestação de falhas na comunicação, consulta e inclusão de perspectivas e demandas locais, um risco apontado por críticas baseadas na ecologia política às estratégias de desenvolvimento sustentável e também

constatado pelos estudos direcionados à avaliação da adaptação no GCF. As denúncias e desafios que surgem na implementação, como consequência dessa problemática abordagem, levam ao reconhecimento mesmo por parte do próprio fundo sobre a fundamentalidade de maior participação decisória das comunidades. Este contexto é ainda agravado se considerada a dificuldade de participação relatada pelas entidades de direto acesso. O engajamento, então, de atores que realmente compreendem a realidade local e suas necessidades se demonstra comprometido.

Além disso, também retomando perspectivas levantadas pela ecologia política e críticas sobre o paradigma de desenvolvimentismo, se confirma a recorrente priorização de infraestrutura, tecnologia e modernização, e essencialmente da busca por participação privada e atratividade econômica do projeto, em que se destacam as experiências observadas no FP098, FP043, FP001 e FP023. A capacitação e instrução técnica também aparecem no FP001 e FP023 como parte da solução, reforçando a noção de superioridade da sapiência dos países desenvolvidos ao invés de percepção crítica da incompatibilidade entre as realidades devido às desigualdades históricas. Assim, observa-se como a viabilização e noção de efetividade dos projetos atribuiu-se muito conforme ao reproduzido na ordem global, bem como de suas percepções de progresso baseadas no crescimento econômico e experiências de sucesso dos países desenvolvidos.

A análise dos casos permite ainda aprofundar os diversos impactos resultantes para as comunidades devido a essa implementação de projetos desconectada das necessidades locais, conforme apresentado mais gravemente na denúncia do FP034. A latência de problemáticas em projetos de adaptação de regiões costeiras, a manutenção do acesso a água de forma geral, e de intervenção de atividades de essenciais como a agricultura, como nos casos do FP043, FP034, FP023 e FP007, podem indicar que ao se tratar de recursos básicos, as eventuais falhas de implementação se tornam evidentes mais rapidamente, devido ao comprometimento da subsistência e direitos das comunidades.

Assim, o trabalho encontra que as ações de adaptação às mudanças climáticas promovidas pelo GCF estão distantes de uma abordagem transformativa e muito mais próximas de serem compreendidas como medidas incrementais, reproduzindo paradigmas e limitando-se à ações pontuais das quais, em maioria, os resultados são de curto prazo. Além disso, a incompatibilidade com a realidade local abordada em diversos casos exibe um possível cenário de recorrentes problemas, ao que se deve considerar que dentre as 15 queixas registradas no IRM, 11 já são direcionadas à adaptação e *cross-cutting*.

Frente aos totais 242 projetos do fundo direcionados à estes temas, é possível inferir que são ainda baixas as problemáticas encontradas, ao que, entretanto, se ressalta o alarmante fato de que existem poucos projetos já concluídos, frequentes adiamentos dos prazos finais e resultados de pouca duração. Isto porque, considerando um contexto de agravamento das mudanças climáticas e cada vez maior urgência de resiliência, a demora e atraso podem tornar as ações insuficientes para as necessidades do distante futuro em que será concluído, especialmente tendo em vista que a análise dos casos evidencia como as problemáticas identificadas ainda na implementação não são corrigidas. Portanto, argumenta-se que a existência de determinados padrões de falhas mesmo em um contexto de etapas iniciais dos projetos e poucas entregas concluídas, há riscos que podem ser frequentemente reproduzidos, indicando pontos a serem observados e aprofundados em estudos futuros conforme a entrega de novos resultados.

5. CONCLUSÃO

Através dos projetos do GCF analisados, fica evidente que a viabilização e sustentabilidade a longo prazo para ações de adaptação às mudanças climáticas estão profundamente alinhadas com a atratividade e retorno financeiro. Assim, frequentemente, a resolução das reais necessidades das comunidades é colocada em segundo plano em relação à viabilização econômica, o que induz o questionamento da efetividade da adaptação promovida pelo GCF como um todo, tendo em vista que o aprimoramento da resiliência climática aos mais vulneráveis e a participação decisória local é central dentre os propósitos do próprio fundo.

Encontra-se, então, que ao promover aprimoramento infraestruturais, modernizações e capacitações técnicas, bem como incentivo à inserção de fluxos de capital, a adaptação está distante da promoção de uma abordagem transformativa que rompe com paradigmas. Ainda mais, a forte influência da participação privada e das noções de progresso com base nas experiências de sucesso de potências globais gera cenários de incompatibilidade dos projetos com a realidade local em que estão sendo implementados. Mesmo quando identificados, tais falhas não resultam em esforços significativos de correção, indicando ainda a possibilidade de estagnação como ações meramente pontuais e incrementais.

Portanto, mesmo dentre um dos mais relevantes e centrais fundos, cujos princípios buscam contemplar as vulnerabilidades e os mecanismos que se refinaram ao ponto de investigar queixas de forma independente e neutra, há ainda significativos paradigmas de desenvolvimento reproduzidos que comprometem seus resultados. Deste modo, reforçado por

um panorama do financiamento climático aquém das necessidades e de relevância dos fundos como o GCF para mobilização de grandes projetos de adaptação, evidencia-se que a falha deste mecanismo modelo indica um comprometimento generalizado das ações promovidas globalmente para adaptação às mudanças climáticas, em que os ainda insuficiente esforços podem se concretizar - conforme a tendência do GCF - em projetos com recorrentes problemáticas e eficácia questionável.

Por fim, alinhado às percepções da ecologia política, observa-se a ainda reverberante subordinação das necessidades socioecológicas aos interesses políticos e de retorno econômico, que limitam também as respostas à crise ambiental. Assim, há a conservação do colonialismo climático e da vantagem de países historicamente responsáveis pelas maiores emissões, com a manutenção de modelos produtivos de exploração e aprofundamento de desigualdades em detrimento do avanço de projetos sustentáveis. Para o meio ambiente e a vida humana, portanto, esse quadro revela a dificuldade de superar paradigmas mesmo nas iniciativas de adaptação, que já se posicionam como alternativa frente à insuficiência da mitigação, gerando um pessimista horizonte de barreiras estruturais que comprometem a resiliência climática.

REFERÊNCIAS

ANISIMOV, A.; MAGNAN, A. K. The Global Transboundary Climate Risk Report. Paris: Institute for Sustainable Development and International Relations (IDDRI); **Adaptation Without Borders**, 2023. Disponível em: <https://adaptationwithoutborders.org/knowledge-base/the-global-transboundary-climate-risk-report/>. Acesso em: 25 out. 2025.

BODANSKY, Daniel. **The history of the global climate change regime**. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237769103_The_History_of_the_Global_Climate_Change_Regime. Acesso em: 25 out. 2025.

CALDWELL, M.; LARSEN, G. **Improving access to the Green Climate Fund: How the Fund can better support developing country institutions**. Washington, DC: World Resources Institute, 2021. Disponível em: <https://files.wri.org/d8/s3fs-public/2021-08/improving-access-green-climate-fund.pdf?VersionId=1v0GXCttqShGMAsJxgq3xXJugg8ZkPGV>. Acesso em: 25 out. 2025.

CUNHA, Ricardo Sousa da. Os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” da ONU perante a Fragmentação Administrativa e Constitucional Global. **Direito, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Humano**. Braga: UMinho Editora, 2022.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

ERIKSEN, Siri; SCHIPPER, E. Lisa F.; SCOVILLE-SIMONDS, Morgan; VINCENT, Katharine; ADAM, Hans Nicolai; BROOKS, Nick; et al. Adaptation interventions and their effect on vulnerability in developing countries: Help, hindrance or irrelevance? **World Development**, v. 141, 2021. DOI: 10.1016/j.worlddev.2020.105383.

FERGUSON, James. The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho. [S. l.]: **U of Minnesota Press**, 1994.

GARSCHAGEN, Matthias; DOSHI, Darshan. Does funds-based adaptation finance reach the most vulnerable countries? **Global Environmental Change**, v. 73, p. 102450, 2022. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2021.102450. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378021002296>. Acesso em: 25 out. 2025

GREEN CLIMATE FUND. **About GCF**. [S. l.], 2025a. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/about>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **About GCF - Key Features**. [S. l.], 2025b. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/about#key-features>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **About GCF - Timeline**. [S. l.], 2025c. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/about/timeline>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **About the IRM**. [S. l.], 2025d. Disponível em: <https://pt.irm.greenclimate.fund/about>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **C0002: South Africa - FP053: South African Renewable Energy Investment Program**. [S. l.], 2025e. Disponível em: <https://pt.irm.greenclimate.fund/case/c0002>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **C0003: Morocco - FP043: The Saïss Water Conservation Project**. [S. l.], 2025f. Disponível em: <https://pt.irm.greenclimate.fund/case/c0003>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **C0005: South Africa - FP098: DBSA Climate Finance Facility**). [S. l.], 2025g. Disponível em: <https://pt.irm.greenclimate.fund/case/c0005>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **C0011: Uganda - FP034: Building Resilient Communities, Wetland Ecosystems and Associated Catchments in Uganda**. [S. l.], 2025h. Disponível em: <https://pt.irm.greenclimate.fund/case/c0011-uganda>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **C0012: Uganda - FP034: Building Resilient Communities, Wetland Ecosystems and Associated Catchments in Uganda**. [S. l.], 2025i. Disponível em: <https://pt.irm.greenclimate.fund/case/c0012-uganda>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **C0013: Uganda - FP034: Building Resilient Communities, Wetland Ecosystems and Associated Catchments in Uganda.** [S. l.], 2025j. Disponível em: <https://pt.irm.greenclimate.fund/case/c0013-uganda>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **FP001: Building the resilience of wetlands in the province of Datem del Marañón, Peru.** [S. l.], 2025k. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/project/fp001>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **FP023: Climate Resilient Agriculture in three of the Vulnerable Extreme northern crop-growing regions (CRAVE).** [S. l.], 2025l. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/project/fp023>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **FP024: Empower to Adapt: Creating climate change resilient livelihoods through community-based natural resource management in Namibia.** [S. l.], 2025m. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/project/fp024>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **FP034: Building resilient communities, wetlands ecosystems and associated catchments in Uganda.** [S. l.], 2025n. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/project/fp034>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND . **FP043: The Saïss Water Conservation Project.** [S. l.], 2025o. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/project/fp043>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **FP098: DBSA Climate Finance Facility.** [S. l.], 2025p. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/project/fp098>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Funding Proposal: Building Resilient Communities, Wetland Ecosystems and Associated Catchments in Uganda.** [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/document/building-resilient-communities-wetlands-ecosystems-and-associated-catchments-uganda>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Funding Proposal: Building the resilience of wetlands in the province of Datem del Marañón, Peru.** [S. l.], 2021a. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/document/global-fund-coral-reefs-investment-window>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Funding Proposal: Climate Resilient Agriculture in three of the Vulnerable Extreme northern crop-growing regions (CRAVE).** [S. 1.], 2017a.

Disponível em:

<https://www.greenclimate.fund/document/climate-resilient-agriculture-three-vulnerable-extreme-northern-crop-growing-regions-crave>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Funding Proposal: DBSA Climate Finance Facility.** [S. 1.],

2018. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/document/dbsa-climate-finance-facility>.

Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Funding Proposal: Empower to Adapt: Creating climate change resilient livelihoods through community-based natural resource management in Namibia.**

[S. 1.], 2017b. Disponível em:

<https://www.greenclimate.fund/document/empower-adapt-creating-climate-change-resilient-livelihoods-through-community-based-natural>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Funding Proposal: Support of vulnerable communities in Maldives to manage climate change-induced water shortages.** [S. 1.], 2017c. Disponível

em:

<https://www.greenclimate.fund/document/empower-adapt-creating-climate-change-resilient-livelihoods-through-community-based-natural>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Funding Proposal: The Saïss Water Conservation Project.** [S. 1.], 2015. Disponível em:

<https://www.greenclimate.fund/document/sa-ss-water-conservation-project>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Locally Led Climate Action.** [S. 1.], 2025q. Disponível em:

<https://www.greenclimate.fund/theme/locally-led-climate-action>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Partners - Accredited Entities.** [S. 1.], 2025r. Disponível em:

<https://www.greenclimate.fund/about/partners/ae>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Partners - NDAs.** [S. 1.], 2025s. Disponível em:

<https://www.greenclimate.fund/about/partners/nda>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Project Portfolio**. [S. 1.], 2025t. Disponível em: <https://gcfrod.blob.core.windows.net/public/odl/pdf/project-portfolio-2.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Project Portfolio**. [S. 1.], 2025u. Disponível em: <https://gcfrod.blob.core.windows.net/public/odl/pdf/performance-metrics-2.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Results Areas – Ecosystems & Ecosystem Services**. [S. 1.], 2025v. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/results/ecosystems-ecosystem-services>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Result Areas – Health, Food and Water Security**. [S. 1.] 2025w. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/results/health-food-water-security>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Result Areas – Infrastructure & Built Environment**. [S. 1.], 2025x. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/results/infrastructure-built-environment>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Result Areas – Livelihoods, People & Communities**. [S. 1.], 2025y. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/results/livelihoods-people-communities>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Thematic brief: Adaptation**. [S. 1.], 2021b. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/document/thematic-brief-adaptation>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREEN CLIMATE FUND. **Themes – Adaptation**. [S. 1.], 2025z. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/theme/adaptation>. Acesso em: 25 out. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. **Estado compensador e novos extrativismos: as ambivalências do progressismo sul-americano**. Nueva Sociedad, ed. especial em português, set. 2013. ISSN 0251-3552. Disponível em:

<https://nuso.org/articulo/estado-compensador-e-novos-extrativismos/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

LARSEN, Gaia; SMITH, Caitlin; KRISHNAN, Nisha; WEISCHER, Lutz; BARTOSCH, Sophie; FEKETE, Hanna. **Toward Paris Alignment: How the Multilateral Development Banks Can Better Support the Paris Agreement**. Washington D.C.: World Resources Institute, 2018. 118 p. ISBN 1-56973-950-1. Disponível em: <https://www.wri.org/research/toward-paris-alignment>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, Editora Unicamp, 3. ed., 2018.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNIZ, Lenir Moraes. **Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 6, n. 12, p. 181-196, 2009.

O'BRIEN, Karen L. **Is the 1.5C target possible? Exploring the three spheres of transformation**. Current Opinion in Environmental Sustainability, v. 31, p. 153–160, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877343517301768>. Acesso em: 15 jul. 2025.

OMUKUTI, Jessica; BARRETT, Sam; WHITE, Piran C. L.; MARCHANT, Robert; AVERCHENKOVA, Alina. **The green climate fund and its shortcomings in local delivery of adaptation finance**. Climate Policy, v. 22, n. 9–10, p. 1225–1240, nov. 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/14693062.2022.2093152%4010.1080/tfocoll.2023.0.issue-Climate-Finance-and-Greener-Finance?needAccess=true>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 5-16 jun. 1972)**. São Paulo: CETESB, 1972. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/33/2016/09/Declaracao-de-Estocolmo-5-16-de-junho-de-1972-Declaracao-da-Conferencia-da-ONU-no-Ambiente-Humano.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Climate finance provided and mobilised by developed countries in 2013-2022**. Paris: OECD Publishing, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/05/climate-finance-provided-and-mobilised-by-developed-countries-in-2013-2022_8031029a/19150727-en.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

PELLING, Mark; O'BRIEN, Karen; MATYAS, David. **Adaptation and transformation**. *Climatic Change*, v. 133, n. 1, p. 113-127, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269776027_Adaptation_and_transformation. Acesso em: 11 nov. 2025

PINTO, T. P., VARGAS, D. B., GURGEL, A. C., VALENTE, F. C. **Financiamento Climático: Realidades e Desafios**. Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia, Fundação Getúlio Vargas - FGV-EESP, São Paulo, SP, Brasil. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Adaptation Gap Report 2023: Underfinanced. Underprepared**. Disponível em : <https://doi.org/10.59117/20.500.11822/43796> .

ROBBINS, Paul. **Political ecology: a critical introduction**. 3. ed. Chichester; Malden, 2020.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Boitempo Editorial, 2017

SOUZA, Luiz Ricardo Bemerguy Monção de; MERLIN, Lise Vieira da Costa Tupiassu; VIEIRA, Iracema de Lourdes Teixeira. **Da natureza jurídica dos fundos de financiamento climático**. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 7, p. 37083-37112, 2025.

SULTANA, Farhana. **The unbearable heaviness of climate coloniality**. *Political Geography*, 2022.

SVAMPA, Maristella. **Até onde vão os movimentos pela justiça climática?** Nueva Sociedad, pág. 35–49, 2020.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Introduction. **The big picture: adaptation and resilience**. [S.l.: UNFCCC]. Disponível em:

<https://unfccc.int/topics/adaptation-and-resilience/the-big-picture/introduction>. Acesso em: 13 jun. 2025.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **Introduction to Climate Finance**. Disponível em: <https://unfccc.int/topics/introduction-to-climate-finance>. Acesso em: 28 ago. 2025.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WASKOW, D.; LARSEN, G.; ROBINSON, M.; ALAYZA, N.; BOEHM, S.; SROUJI, J.; CHAKRABARTY, S.; SWABY, G.; WARSAWSKI, N.; GARCIA, M.; CARTER, R.; COGSWELL, N.; GERHOLDT, R.; MOLESWORTH, F.; YAAKOV, Y.; NILSSON, K.; McCOSHAN, K.; ELLIOT, B.; NULL, S.; LAYKE, J. **Balanço da COP29: a nova meta global de financiamento climático e outros resultados**. WRI Brasil – Insights, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/balanco-resultados-cop29-meta-financiamento-climatico>. Acesso em: 25 out. 2025.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). **The Good, the Bad and the Urgent: MDB Climate Finance in 2022**. 1 Dec. 2023. Disponível em: <https://www.wri.org/insights/mdb-climate-finance-joint-report-2022>. Acesso em: 25 out. 2025.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). **Toward Paris Alignment: How the Multilateral Development Banks Can Better Support the Paris Agreement**. Washington, DC: World Resources Institute, 2018. Disponível em: <https://www.wri.org/research/toward-paris-alignment>. Acesso em: 25 out. 2025.